

## **Moção pela Efetivação e Fortalecimento da Política Estadual de Recursos Hídricos**

Nós, representantes dos setores usuários, comunidades locais, sociedade civil organizada e entidades ambientais, reunidos para debater e promover soluções para a gestão sustentável dos recursos hídricos, apresentamos esta moção para clamar pela plena implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, com foco em seu princípio fundamental de descentralização e no fortalecimento dos comitês de bacia e no conselho estadual de recursos hídricos.

Considerando que a água é um bem de todos e um recurso essencial para a saúde pública, o desenvolvimento sustentável e a segurança alimentar e energética do país, ressaltamos que:

- **Descentralização e Participação:** O princípio da descentralização e da participação social deve ser efetivamente garantido para assegurar que a tomada de decisões ocorra no nível local e conte com a voz ativa dos comitês de bacia. Estes são os espaços mais próximos da realidade das bacias hidrográficas e das necessidades locais, desempenhando um papel insubstituível e vital na gestão dos recursos hídricos.
- **Implementação dos Instrumentos de Gestão:** A aplicação eficaz dos instrumentos de gestão — tais como outorga de direitos de uso de água, cobrança pelo uso, enquadramento dos corpos hídricos e o plano de recursos hídricos — deve ocorrer de forma integrada e correlata, garantindo que não existam entraves que prejudiquem o funcionamento do sistema de gestão. A correta implementação destes instrumentos é crucial para o equilíbrio entre oferta e demanda para a preservação dos recursos hídricos.
- **Responsabilidade do Poder Público:** O governo, enquanto órgão gestor e agente responsável pela política de recursos hídricos, tem o dever e a obrigação de zelar pela implementação dessa política e de promover ações que fortaleçam os comitês de bacia hidrográfica e os conselhos estaduais. É fundamental que o poder público ofereça suporte técnico, financeiro e institucional para que esses colegiados possam amadurecer e, no futuro, caminhar com autonomia financeira além de suas ações e decisões.

Dessa forma, esta moção reforça o apelo para que todos os entes federativos e órgãos envolvidos na gestão de recursos hídricos adotem medidas de apoio, fortalecimento e respeito à autonomia dos comitês de bacia e do conselho estadual, em respeito à legislação e ao compromisso com uma gestão democrática e sustentável dos recursos hídricos.

Destacamos a importância de que o instrumento da cobrança pelo uso dos recursos hídricos seja implementado com base na decisão dos comitês de bacias, respeitando o papel destes colegiados como órgãos deliberativos. É imprescindível que essa decisão seja conduzida de maneira democrática e que a cobrança seja utilizada para fortalecer a política de recursos hídricos, sem colocar em risco sua efetivação no estado.

Propomos, portanto, que seja estabelecido um prazo adequado para que os comitês possam debater e deliberar sobre a implementação da cobrança, garantindo tempo para ajustes e otimizações dos demais instrumentos de gestão.

Dessa forma, asseguramos que a política de recursos hídricos seja efetiva, descentralizada e que a cobrança seja uma ferramenta de fortalecimento da gestão, respeitando a autonomia e as diretrizes estabelecidas e aprovadas pelos comitês.